

SUMÁRIO

ABREVIATURAS UTILIZADAS NAS REFERÊNCIAS E NOS COMENTÁRIOS.....	25
INTRODUÇÃO	27
I. Direito Internacional dos Direitos Humanos: breve introdução ..	27
CAPÍTULO I	
DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS	29
Resolução nº 217 – A (III) Da Assembleia Geral das Nações Unidas.....	29
1. A Declaração Universal Dos Direitos Humanos: Apresentação	30
2. A Declaração Universal dos Direitos Humanos: um exemplo de costume internacional	31
3. Relativismo cultural:	39
4. Gerações ou dimensões de direitos.....	39
5. Obrigações de caráter “erga omnes”	42
CAPÍTULO II	
CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS	45
Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945.....	45
Carta das Nações Unidas – Nós, os Povos das Nações Unidas, Resolvidos...	45
1. A Carta da ONU: um novo equilíbrio no mundo pós-guerra ...	45
2. O preâmbulo: objetivos da nova organização.....	47
Capítulo I – Propósitos E Princípios.....	47
3. Propósitos, princípios e objetivos.....	48
3. A paz mundial como meta	49
Capítulo II – Dos Membros	50
4. O Sistema das Nações Unidas	50
Capítulo III – Órgãos.....	51
5. O princípio da igualdade entre homens e mulheres	51
Capítulo IV – Assembleia Geral.....	52
6. As declarações da Assembleia Geral: fontes do direito interna- cional?	53
7. Do custeio da organização:	54
8. Da igualdade entre os Estados:	55
9. Da contribuição financeira:.....	56
Capítulo V – Conselho De Segurança	57
Capítulo VI – Solução Pacífica De Controvérsias.....	60
11. Guerra e paz: ameaça potencial X ameaça atual ou real.....	61
12. As missões de paz:	62
Capítulo VII – Ação Relativa A Ameaças à Paz, Ruptura da paz e Atos de Agressão.....	62

13. Atos de agressão: crime internacional propriamente dito	62
14. Solução de controvérsias: medidas provisórias	64
15. Participação do Brasil nas Forças de Paz.....	66
Capítulo VIII – Acordos Regionais.....	68
16. Acordos regionais	68
Capítulo IX – Cooperação Econômica E Social Internacional	69
17. Estabelecendo os marcos da cooperação econômica e social.....	69
18. As agências da ONU.....	70
Capítulo X – Conselho Econômico E Social.....	70
19. Os Conselhos	71
Capítulo XI – Declaração Relativa a Territórios sem Governo Próprio	75
20. Colonialismo e história.....	76
Capítulo XII – Sistema Internacional De Tutela	76
Capítulo XIII – Conselho De Tutela	76
Capítulo XIV – A Corte Internacional De Justiça	77
21. A Corte Internacional de Justiça	77
Capítulo XV – O Secretariado	83
22. O Secretário-Geral da ONU	83
Capítulo XVI – Disposições Diversas.....	84
23. Depositária de tratados internacionais.....	84
24. Personalidade jurídica, privilégios e imunidades.....	85
Capítulo XVII – Disposições Transitórias sobre Segurança.....	87
Capítulo XVIII – Emendas.....	87
Capítulo XIX – Ratificação e Assinatura	88

CAPÍTULO III

PACTO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS	91
Preâmbulo	91
1. Os Pactos de 1966.....	91
2. O Pacto dos Direitos Civis e Políticos: pontos básicos	93
3. Princípio da autodeterminação dos povos.....	94
4. Do direito à igualdade: todo ser humano é sujeito de direitos...	95
5. Igualdade de gênero	95
6. Direitos inderrogáveis.....	96
7. Interpretação expansiva dos direitos humanos	97
8. Do direito à vida e das limitações e derrogações de direitos	98
9. Combate à tortura	98
10. Combate à escravidão contemporânea.....	99
11. Direitos dos acusados ou apenados.....	100
12. Proscrição da prisão civil por dívida.....	101
13. Liberdade de locomoção.....	102
14. Direitos do estrangeiro	102

15. Garantias judiciais	104
16. Da irretroatividade da lei penal	105
17. Direito ao reconhecimento da personalidade jurídica	105
18. Direito à privacidade.....	105
19. Liberdade de pensamento, consciência e religião	106
20. Liberdade de expressão e vedação ao discurso de ódio:.....	107
21. Direito de reunião	108
22. Liberdade de associação	109
23. Da proteção da família.....	109
24. Da proteção à criança.....	110
25. Cidadania e participação	110
26. Eficácia horizontal dos direitos fundamentais.....	110
27. A defesa das minorias étnicas	112
28. Mecanismos de monitoramento e implementação	115
29. Entrada em vigor	120
30. Vedação à aplicação do Pacto a apenas parte do território.....	121

CAPÍTULO IV

PACTO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS	125
1. O Pacto dos Direitos Sociais e Econômicos: pontos básicos	125
2. O princípio da autodeterminação dos povos: reiteração.....	127
3. Direitos sociais e sua implementação	127
4. Igualdade de gênero: reiteração	130
5. Caráter expansivo dos direitos humanos	130
6. Do direito ao trabalho e consectários	132
7. Direito à previdência e à assistência social.....	133
14. Do direito a ter direitos.....	135
15. Ciência e cultura.....	137
16. Brasil: relatórios periódicos.....	138
17. Colaboração das agências da ONU	139
18. Mecanismos de monitoramento e implementação	140
19. Entrada em vigor	141

CAPÍTULO V

CONVENÇÃO CONTRA A TORTURA E OUTROS TRATAMENTOS OU PENAS CRUÉIS, DESUMANOS OU DEGRADANTES.....	145
1. Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes: apresentação	145
2. O conceito de tortura: Convenções da ONU, Interamericana e Europeia contra a tortura	146
3. Inderrogabilidade da vedação à tortura.....	148
4. Princípio do “non refoulement” ou não devolução	149

5. A lei brasileira contra a tortura.....	150
6. Vedação à proteção deficiente.....	151
7. Princípio da Extraterritorialidade	151
8. Obrigação “aut dedere aut judicare”	152
9. Direitos do investigado	152
10. Extraterritorialidade condicionada	153
11. Dispensa de tratado de extradição	154
12. Cultura de respeito aos direitos humanos.....	155
13. Obrigações negativas e positivas: deveres de investigar, punir, reparar.	155
14. Da ilegalidade das provas colhidas sob tortura	156
15. Instigação por agentes públicos e outros atos diversos de tor- tura	157
16. Do funcionamento do Comitê.....	161

CAPÍTULO VI

ANTEPROJETO DE CONVENÇÃO SOBRE RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DOS ESTADOS	167
Parte I – O Fato Ilícito Internacional do Estado.....	167
Capítulo I – Princípios Gerais	167
1. Anteprojeto de Convenção sobre Responsabilidade Interna- cional dos Estados: apresentação.....	167
2. Responsabilidade internacional do Estado	171
3. Regime jurídico objetivo dos tratados de direitos humanos	174
4. Regimes de responsabilidade internacional.....	175
Capítulo II – Atribuição de um Comportamento ao Estado.....	175
5. Responsabilidade estatal por atos próprios e de seus agentes....	177
Capítulo III – Violação de uma Obrigação Internacional.....	179
6. A violação de uma obrigação internacional.....	179
7. Obrigação internacional e intertemporalidade	181
8. Violações de caráter contínuo.....	181
9. Atos compostos.....	182
Capítulo IV – Responsabilidade de um Estado pelo Ato de outro Estado ...	182
10. Responsabilidade de um Estado por ato de outro.....	183
11. Da coação entre Estados.....	183
12. Efeitos deste capítulo.....	183
Capítulo V – Circunstâncias de Exclusão da Ilicitude.....	184
13. Excludentes de antijuridicidade.....	184
14. Efeitos da exclusão de ilicitude	186
Parte II – Conteúdo da Responsabilidade Internacional do Estado.....	187
Capítulo I – Princípios Gerais	187
15. Reparação	188
Capítulo II – Reparação pelo Prejuízo.....	190

Capítulo III – Violações Graves de Obrigações Decorrentes de Normas Imperativas de Direito Internacional Geral.....	192
Parte III – Execução da Responsabilidade Internacional do Estado	192
Capítulo I – Invocação da Responsabilidade do Estado	192
16. Proteção diplomática (endosso)	192
Capítulo II – Contramedidas.....	195
17. Contramedidas: retorsão e represália	195
Parte IV – Disposições Gerais	197

CAPÍTULO VII

CARTA DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS.....	201
Capítulo I – Natureza e Propósitos	201
Capítulo II – Princípios	202
1. Introdução	203
2. Origem Histórica.....	205
3. Classificação	206
4. Distinção Importante: os microsistemas americanos de defesa dos direitos humanos.....	206
Capítulo III – Membros.....	208
5. Membros da OEA.....	209
6. Situação Jurídica de Cuba.....	210
7. Compromisso com a Democracia.....	210
8. Carta Democrática Interamericana (2001).....	211
Capítulo IV – Direitos e Deveres Fundamentais dos Estados.....	215
9. A Soberania e a Igualdade entre os Estados.....	217
10. Do Reconhecimento de Estados.....	218
Capítulo V – Solução Pacífica de Controvérsias	219
11. Solução Pacífica de Controvérsias.....	219
Capítulo VI – Segurança Coletiva.....	221
12. Mecanismo de Segurança Coletiva no Âmbito da OEA	221
13. Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. Sistema de Consulta.....	222
Capítulo VII – Desenvolvimento Integral.....	223
14. Desenvolvimento Integral	228
Capítulo VIII – Dos Órgãos.....	229
15. Órgãos da OEA.....	230
Capítulo IX – A Assembleia Geral	230
Capítulo X – A Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores.....	232
Capítulo XI – Os Conselhos da Organização	233
Capítulo XII – O Conselho Permanente da Organização.....	234
Capítulo XIII – O Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral.	236

Capítulo XIV – A Comissão Jurídica Interamericana.....	237
Capítulo XV – A Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....	238
16. Comissão Interamericana de Direitos Humanos	238
Capítulo XVI – A Secretaria-Geral	239
Capítulo XVII – As Conferências Especializadas	241
Capítulo XVIII – Organismos Especializados.....	241
17. Organismos Especializados.....	242
Capítulo XIX – Nações Unidas.....	242
18. Interpretação Harmônica	243
Capítulo XX – Disposições Diversas	243
19. Imunidade	243
Capítulo XXI – Ratificação e Vigência	244
28. Adesão, Ratificação e Vigência	245
Capítulo XXII – Disposições Transitórias.....	245

CAPÍTULO VIII

DECLARAÇÃO AMERICANA DOS DIREITOS E DEVERES DO HOMEM	247
1. Natureza Jurídica.....	248
2. Dos Valores Norteadores da Declaração	249
3. Do Âmbito de Proteção – Direitos de Primeira e Segunda Dimensões.....	249
Capítulo I – Direitos.....	249
4. Casos de Torturas, Crimes Contra a Vida e Detenção Arbitrária – Atuação da Comissão Americana Frente ao Estado Brasileiro com Fulcro Na Declaração Americana.....	250
5. Caso 7615 – Violação dos Direitos da Comunidade Indígena Yanomami.....	251
6. Consideração.....	252
Capítulo II – Deveres	255

CAPÍTULO IX

CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (PACTO DE SAN JOSÉ DA COSTA RICA – 1969).....	257
1. Considerações Iniciais	257
2. Natureza Jurídica e Hierarquia Interna da Convenção Americana.....	260
3. Controle de Convencionalidade.....	262
Parte I – Deveres dos Estados e Direitos Protegidos	263
Capítulo I – Enumeração dos Deveres	263
4. Obrigação de Respeitar Direitos.....	263
5. Não Discriminação.....	264
6. Dever de Adotar Disposições de Direito Interno.....	264
Capítulo II – Direitos Cíveis e Políticos	265

7. Direito ao Reconhecimento De Direitos	266
8. Direito à Vida.....	267
9. Pena de Morte.....	267
10. Direito à Integridade Pessoal	289
11. Proscrição à Tortura.....	289
12. Proibição da Escravidão e da Servidão	293
13. Trabalho Forçado.....	293
14. Direito à Liberdade e às Garantias Processuais que a Asseguram	307
15. Audiência de Custódia.....	308
16. Prisão Civil por Dívida	310
17. Garantias Judiciais.....	315
18. Jurisprudência Interamericana	324
19. Direito à Liberdade de Expressão e suas Limitações	328
20. Jurisprudência Interamericana	329
21. Direito de Retificação e Resposta	331
22. Direito da Criança e do Adolescente	332
23. Direito à Nacionalidade.....	333
24. Direito à Propriedade	334
25. Direito de Circulação E Residência.....	336
26. Lei da Ficha Limpa e Presunção de Inocência – Inelegibilidade Por Decisão Não Transitada em Julgado não é Inconstitucio- nal nem Viola o Pacto de San José	338
27. Direito à Igualdade.....	339
28. Direito à Proteção Judicial e ao Duplo Grau de Jurisdição.....	340
Capítulo III – Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	346
29. Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	346
Capítulo IV – Suspensão de Garantias, Interpretação e Aplicação.....	347
30. Cláusula Derrogatória.....	347
31. Cláusula Federal	350
32. Norma Interpretativa	351
33. Alcance das Restrições.....	353
34. Reconhecimento de outros Direitos	353
Capítulo V – Deveres das Pessoas.....	354
35. Deveres das Pessoas	354
Parte II – Meios de Proteção	354
Capítulo VI – Órgãos Competentes.....	354
36. Microssistemas Americanos e Órgão da Convenção.....	354
Capítulo VII – Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....	356
Seção 1 – Organização	356
37. Composição da Comissão Interamericana de Direitos Humanos..	357
Seção 2 – Funções.....	358
38. Funções da Comissão Americana	359

Seção 3 – Competência.....	360
39. Legitimidade para Provocar a Atuação da Comissão	361
40. Das Petições Interestatais	362
41. Admissibilidade do Procedimento	363
Seção 4 – Processo.....	369
42. Procedimento na Comissão	370
43. Fase do Informe Preliminar (Primeiro Informe ou Relatório 50)...	373
44. Segundo Informe ou Submissão do Caso à Corte	374
45. Possibilidade de Concessão de Medidas Cautelares pela Co- missão	376
Capítulo VIII – Corte Interamericana de Direitos Humanos	378
Seção 1 – Organização.....	378
46. Composição da Corte Interamericana de Direitos Humanos	379
47. Juiz <i>Ad Hoc</i>	380
48. Quorum de Deliberação	381
49. Atuação da Comissão Frente à Corte.....	381
50. Sede e Secretaria	382
Seção 2 – Competência e funções	382
51. Legitimados para Atuar Frente à Corte IDH	382
52. Cláusula Facultativa de Jurisdição Obrigatória	386
53. Procedimento Perante a Corte.....	388
54. Medidas Provisórias	389
55. Petição Inicial.....	391
56. Exame Preliminar.....	391
57. Notificação da Demanda, Contestação e Indicação de Provas...	391
58. Exceções Preliminares.....	392
59. Possibilidade de Admissão de Amicus Curiae.....	393
60. Fase Ordinatória e Probatória.....	393
61. Alegações Finais Escritas.....	395
62. Solução Não Litigiosa.....	395
63. Sentença.....	396
64. Pedido de Interpretação.....	399
65. Supervisão ao Cumprimento da Sentença (<i>Follow-Up</i>)	400
66. Ompetência Consultiva da Corte Interamericana de Direitos Humanos	401
Capítulo IX – Disposições Comuns.....	404
67. Imunidades E Responsabilidades dos Juízes da Corte e Mem- bros da Comissão.....	405
Parte III – Disposições Gerais e Transitórias.....	405
Capítulo X – Assinatura, Ratificação, Reserva, Emenda, Protocolo e Denúncia	405
68. Tratado Aberto à Adesão.....	406

69. Reservas	406
70. Emendas	407
71. Protocolos Adicionais	407
72. Denúncia.....	408
Capítulo XI – Disposições Transitórias	409
Seção 1 – Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....	409
Seção 2 – Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	409

CAPÍTULO X

PROTOCOLO ADICIONAL À CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS EM MATÉRIA DE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS, “PROTOCOLO DE SAN SALVADOR”	411
1. Natureza Jurídica	412
2. Interdependência e Indivisibilidade dos Direitos Humanos	412
3. Implementação Progressiva	413
4. Obrigação de Adotar Disposições de Direito Interno	414
5. Obrigação de Não Discriminação	414
6. Não Admissão de Restrições.....	415
7. Alcance das Restrições ou Limitações	415
8. Rol de Direitos	416
9. Sistema de Relatórios Periódicos.....	422
10. Atuação da Comissão Interamericana Frente ao Protocolo	423

CAPÍTULO XI

CONVENÇÃO 169 OIT SOBRE POVOS INDÍGENAS E TRIBAIS.....	425
Parte I – Política Geral.....	430
Parte II – Terras	444
Parte III – Contratação e Condições de Emprego	448
Parte V – Seguridade Social e Saúde.....	450
Parte VI – Educação e Meios de Comunicação.....	452
Parte VII – Contatos e Cooperação Através das Fronteiras	454
Parte VIII – Administração.....	454
Parte IX – Disposições Gerais.....	454
Parte X – Disposições Finais.....	454

CAPÍTULO XII

CONVENÇÃO DE 1951 RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS	459
Capítulo I – Disposições Gerais	460
Capítulo II – Condição Jurídica	466
Capítulo III – Empregos Lucrativos.....	468
Capítulo IV – Bem-estar.....	469
Capítulo V – Medidas Administrativas.....	470
Capítulo VI – Disposições Executórias e Transitórias.....	473
Capítulo VII – Cláusulas Finais.....	473

CAPÍTULO XIII

CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	477
---	------------

CAPÍTULO XIV

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL.....	515
Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002.	515
Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional	516
Capítulo I – Criação do Tribunal	517
1. Antecedentes Históricos do TPI.....	518
2. O TPI: Criação e Princípio da Complementaridade	524
Capítulo II – Competência, Admissibilidade e Direito Aplicável.....	527
1. Crimes Internacionais: Conceituação e Delimitação.....	527
3. Crime de Agressão	531
1. O Crime de Genocídio: Seus Antecedentes Históricos e Tipificação no Estatuto do TPI.....	532
2. Elementos Específicos do Crime de Genocídio.....	535
1. Crimes Contra A Humanidade: Aspectos Gerais	541
2. Elementos do Crime e Jurisprudência Internacional	542
1. Crimes de Guerra: o Direito Internacional Humanitário em Prol da Responsabilização Internacional de Criminosos de Guerra	551
2. Elementos dos Crimes de Guerra.....	552
3. Caso Lubanga.....	552
1. O Início do Processo no TPI: Admissibilidade de Casos. O TPI e a Complementaridade.....	561
2. Outros Limites à Jurisdição do TPI.....	562
3. Outros Artigos	562
Capítulo III – Princípios Gerais de Direito Penal	565
Capítulo IV – Composição e Administração do Tribunal.....	576
Capítulo V – Inquérito e Procedimento Criminal.....	588
Capítulo VI – O Julgamento	597
Capítulo VII – As Penas	608
Capítulo VIII – Recurso e Revisão.....	610
Capítulo IX – Cooperação Internacional e Auxílio Judiciário	614
Capítulo X – Execução da Pena.....	629
Capítulo XI – Assembleia dos Estados Partes.....	632
Capítulo XII – Financiamento.....	634
Capítulo XIII – Cláusulas Finais	634

CAPÍTULO XV

CONVENÇÃO DE PALERMO – COMBATE AO CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL.....	641
Decreto nº 5.015, de 12 de março de 2004.....	641
1. Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional.....	642
2. Características do Crime Organizado	646
3. Aplicação	650
4. A Ordem de Criminalização da Participação em Grupo Criminoso Organizado. Análise do Tipo.....	655
5. Ordem de Criminalização da Prática da Lavagem de Dinheiro	660
6. Ordem de Criminalização da Corrupção.....	667
7. Comentários Gerais	669
8. Cooperação Jurídica Internacional Consoante A Convenção De Palermo – Artigos 12 a 21 e 27 a 30.....	669
9. Do Confisco e da Apreensão e a Presunção de Ilicitude do Produto do Crime Organizado. Cooperação Jurídica Internacional para Fins de Confisco e Apreensão.....	675
10. Comentários Gerais	677
11. A Extradicação como Cooperação Jurídica Internacional Penal e a Regra do “ <i>Aut Dedere, Aut Judicare</i> ”.....	680
12. Execução de Sentença Penal Estrangeira em outro Estado.....	681
13. Assistência Jurídica (ou “Judiciária”) Internacional em Matéria Penal.....	688
14. Ação Controlada. Agente Infiltrado. Captação Ambiental.....	691
15. Artigos 21 e 22	695
16. Mandado de Criminalização da Obstrução à Justiça.....	695
17. O Modelo Brasileiro de Proteção a Testemunhas e Vítimas	697
18. A Colaboração Premiada.....	700

CAPÍTULO XVI

CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA A CORRUPÇÃO.....	719
Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006.....	719
Capítulo I – Disposições Gerais	721
1. A Corrupção e a Preocupação Internacional acerca do Tema ...	722
2. <i>Foreign Corrupt Practice Act</i> (FCPA) e a Convenção da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE.....	724
3. Conceito de Funcionário Público pela Convenção de Mérida...	727
Capítulo II – Medidas Preventivas	730
4. Políticas de Prevenção à Corrupção e Órgãos de Prevenção à Corrupção.....	731

5. O Papel do MPF na Prevenção e no Combate à Corrupção.....	732
6. Medidas Preventivas Com Relação ao Poder Público	737
7. Medidas para Prevenir a Corrupção no Setor Privado e a Participação da Sociedade no Controle da Coisa Pública. Medidas para Prevenir a Lavagem de Dinheiro.	744
Capítulo III – Penalização e Aplicação da Lei	745
8. Artigos 15 a 25 – Mandados de Criminalização da Convenção de Mérida.....	749
9. Responsabilidade das Pessoas Jurídicas.....	750
10. Comentários Gerais	755
11. Autoridades Especializadas no Brasil	755
12. Comentários Gerais	776
Capítulo VI – Assistência Técnica e Intercâmbio de Informações	776
Capítulo VII – Mecanismos de Aplicação.....	779
Capítulo VIII – Disposições Finais	781
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	785